

PARECER
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 157/2025
MENSAGEM DE LEI Nº 036/2025

De autoria do Poder Legislativo Municipal, o projeto em epígrafe **"Institui a Política de Proteção aos Diretos da Pessoa com Câncer no Município de Buritis-RO e dá Outras providências."**

I - RELATÓRIO

O Poder Legislativo Municipal Propõe o projeto de Lei por finalidade instituir, no âmbito do Municípios de Buritis, a Política de Proteção aos direitos da pessoa com Câncer, estabelecendo princípios, objetivos e direitos fundamentais que assegurem o respeito á dignidade, á cidadania e á inclusão Social dos pacientes oncológicos.

II – ANÁLISE

Nos termos regimentais, a presente proposição esteve em análise junto a **Comissão de Constituição e justiça** não recebendo substitutivo.

No qual verificou-se que a matéria encontra-se apta para inserir-se no ordenamento jurídico municipal.


III – VOTO DO RELATOR

Em face do exposto, o **Projeto de Lei Nº 157/2025**, reveste-se de boa forma constitucional legal, jurídico e de boa técnica legislativa e, no mérito, deve ser acolhido. Por isso, voto **pela sua aprovação**.

IV - RESULTADO DA VOTAÇÃO DA COMISSÃO

A **Comissão de Constituição e justiça**, em Reunião realizada no dia **16 de setembro 2025**, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e, no mérito, pela **APROVAÇÃO** do **Projeto de Lei Nº 157/2025**.

Estiveram presentes os Senhores Vereadores,



Juliana Cibelly dos Santos
Vereadora Presidente



Lucas Luiz de Cristo Teixeira
Vereador Relator



Dhionatas de Tassos Fagner
Vereador Membro



PARECER
COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 157/2025
MENSAGEM DE LEI Nº 036/2025

De autoria do Poder Legislativo Municipal, o projeto em epígrafe “ ***Institui a política de proteção aos direitos da pessoa com câncer, no âmbito do Município de Buritis, e dá outras providências***”

I - RELATÓRIO

O Poder Legislativo Municipal propõe o projeto de Lei por finalidade instituir, no âmbito do Município, a política de proteção aos direitos da pessoa com câncer, estabelecendo princípios, objetivos e direitos fundamentais que assegurem o respeito a dignidade, a cidadania e a inclusão social dos pacientes oncológicos.

II – ANÁLISE

Nos termos regimentais, a presente proposição esteve em análise junto a **Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização**, não recebendo substitutivo.

No qual verificou-se que a matéria encontra-se apta para inserir-se no ordenamento jurídico municipal.

III – VOTO DO RELATOR

Em face do exposto, o **Projeto de Lei Nº 157/2025**, reveste-se de boa forma constitucional legal, jurídico e de boa técnica legislativa e, no mérito, deve ser acolhido. Por isso, voto **pela sua aprovação**.


IV - RESULTADO DA VOTAÇÃO DA COMISSÃO

A **Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização** em Reunião realizada no dia **17 de Setembro de 2025**, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e, no mérito, pela **APROVAÇÃO** do **Projeto de Lei Nº 157/2025**.

Estiveram presentes os Senhores Vereadores,


Gilberto Aparício
Vereador Presidente


Renato Leitão dos Santos
Vereador Relator


José Lopes da Silva Neto
Vereador Membro



PARECER
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E BEM-ESTAR SOCIAL
PROJETO DE LEI Nº 157/2025
MENSAGEM DE LEI Nº 036/2025

De autoria do Poder Legislativo Municipal, o projeto em epígrafe ***"Institui a Política de Proteção aos Direitos da Pessoa com Câncer no Município de Buritis – RO e dá outras providências."***

I - RELATÓRIO

O Poder Legislativo Municipal propõe o projeto de Lei que tem por finalidade instituir, no âmbito do Município de Buritis, a Política de Proteção aos Direitos da Pessoa com Câncer, estabelecendo princípios, objetivos e direitos fundamentais que assegurem o respeito à dignidade, a cidadania e a inclusão social dos pacientes oncológicos.

II – ANÁLISE

Nos termos regimentais, a presente proposição esteve em análise junto a **Comissão de Educação, Saúde e Bem-Estar Social**, não recebendo substitutivo.

No qual verificou-se que a matéria encontra-se apta para inserir-se no ordenamento jurídico municipal.

III – VOTO DO RELATOR

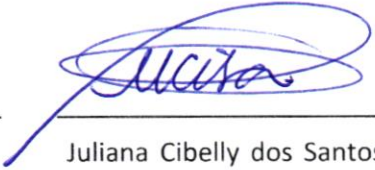
Em face do exposto, o **Projeto de Lei Nº 157/2025**, reveste-se de boa forma constitucional legal, jurídico e de boa técnica legislativa e, no mérito, deve ser acolhido. Por isso, voto **pela sua aprovação**.

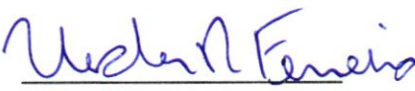
IV - RESULTADO DA VOTAÇÃO DA COMISSÃO

A **Comissão de Educação, Saúde e Bem-Estar Social**, em Reunião realizada no dia **29 de Setembro 2025**, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e, no mérito, pela **APROVAÇÃO** do **Projeto de Lei Nº 157/2025**.

Estiveram presentes os Senhores Vereadores,


Lucas Luiz de Cristo Teixeira
Vereador Presidente


Juliana Cibelly dos Santos
Vereadora Relatora


Ueder Rodrigues Ferreira
Vereador Membro